



**CÂMARA
MUNICIPAL
DE ANÁPOLIS**



PROJETO DE LEI ORDINÁRIA Nº _____ DE 2025

Vereador Policial Federal Suender - PL

“Autoriza a criação do Centro de Referência em Diálise Peritoneal e Hemodiálise de Anápolis em casos de baixa-média complexidade”

A Câmara Municipal de Anápolis aprovou e eu, Prefeito Municipal, sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica autorizado o Poder Executivo Municipal a criar o Centro de Referência em Diálise Peritoneal e Hemodiálise da Cidade de Anápolis – baixa-média complexidade..

Parágrafo único. O Centro de Referência em Diálise Peritoneal e Hemodiálise de Anápolis funcionará 24 horas por dia, atendendo em regime de emergência os usuários do Sistema Único de Saúde que careçam de atendimento de baixa ou média complexidade.

Art. 2º. O Centro de Referência em Diálise Peritoneal e Hemodiálise de Anápolis realizará consultas e, havendo os meios necessários, cirurgias.

Art. 3º. O Centro de Referência em Diálise Peritoneal e Hemodiálise de Anápolis contará com especialistas das áreas de nefrologia, cirurgia vascular, clínica médica, dentre outros que se fizerem necessários ao bom atendimento da população Anapolina.

Art. 4º. As despesas decorrentes desta lei serão suportadas por dotações orçamentárias próprias

Art. 5º. O Poder Executivo Municipal regulamentará os atos previstos nesta lei.

Câmara Municipal de Anápolis, 16 de outubro de 2025.


POLICIAL FEDERAL SUENDER

Vereador - PL



**CÂMARA
MUNICIPAL**
DE ANÁPOLIS



JUSTIFICATIVA

Prezado(a)s Senhores(as) Vereadores(as) da Câmara Municipal de Anápolis, submeto à apreciação desta Egrégia Casa Legislativa o presente Projeto de Lei que Autoriza a criação do Centro de Referência em Diálise Peritoneal e Hemodiálise da Cidade de Anápolis, focado no atendimento de baixa e média complexidade, com regime de funcionamento de 24 horas. Esta proposta legislativa visa dar uma resposta urgente e estrutural à crescente e complexa demanda por serviços especializados de terapia renal substitutiva (TRS) no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS) em nosso Município.

A Doença Renal Crônica (DRC) é uma condição de saúde pública com prevalência crescente, exigindo tratamento contínuo e de alto custo. Anápolis, na condição de polo regional de saúde, atende um contingente populacional que se estende para além de seus limites geográficos, e a dependência de deslocamentos para centros de maior complexidade ou a sobrecarga das unidades de saúde existentes geram um sofrimento desnecessário aos pacientes e um evidente gargalo na rede de atenção à saúde. A criação de um Centro de Referência Municipal dedicado é, portanto, crucial para humanizar o tratamento e elevar o padrão de cuidado oferecido.

O Art. 1º, ao determinar o funcionamento 24 horas em regime de emergência, assegura um benefício inestimável: o acesso imediato à terapia renal para pacientes com intercorrências urgentes, como hipercalemia grave ou edema agudo de pulmão. Isso evita o risco de óbito e sequelas graves que hoje dependem da regulação para outras cidades. Adicionalmente, o Art. 2º, que prevê a realização de consultas e cirurgias, possibilita a otimização do tratamento por meio da confecção e reparo de acessos vasculares (fístulas), um procedimento essencial que, quando realizado em tempo hábil, reduz custos com internações de alta complexidade e garante a continuidade da diálise.

O Centro será dotado de equipes multidisciplinares especializadas, conforme o Art. 3º, incluindo Nefrologia, Cirurgia Vascular e Clínica Médica, o que eleva a qualidade do tratamento e permite a plena gestão de casos de baixa e média complexidade. É importante ressaltar que a inclusão explícita da Diálise Peritoneal (DP) como foco é uma medida modernizadora, pois a DP oferece melhor qualidade de vida e autonomia ao paciente, além de ser uma alternativa mais custo-efetiva para o sistema de saúde quando comparada à hemodiálise convencional.

Por fim, o mérito deste Projeto de Lei reside não apenas na sua imperiosa necessidade social, mas também na sua responsabilidade fiscal: o Art. 4º assegura que as despesas serão suportadas por dotações orçamentárias próprias, garantindo o planejamento e a sustentabilidade financeira da iniciativa. Pelas razões expostas, solicitamos o apoio dos nobres Vereadores para a aprovação deste Projeto de Lei, que representa um avanço significativo no direito à saúde da população Anapolina.


POLICIAL FEDERAL SUENDER

Vereador - PL